



U ELREI. Faço saber aos que este Alvará virem, que Eu fui servido confirmar por outro meu Alvará de sete de Junho do anno de mil setecentos e sincoenta e sinco o estabelecimento da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão com as Condições, e Privilegios incorporados nos sincoenta e sete Capitulos da sua Instituição; declarando no Capitulo trinta e nove, que não prejudicaria á Nobreza herdada de qualquer pessoa interessar-se na dita Companhia; pois que tendo por objecto fazer florescer nos Meus Reinos, e Senhorios o Commercio, de que depende tanto a utilidade de cada hum em particular, como a do Bem publico do Estado, he não só indifferente, mas decoroso a todas as pessoas, ainda ás de maior grandeza, e qualidade, interessarem-se nella; animando assim huma tão grande obra sendo do serviço de Deos, e Meu, toda cede em beneficio da Patria.

E porque seria coisa irracional, que não podessem contribuir para este commum beneficio os Ministros do Meu Conselho, e os que me servem nos Tribunaes, e Relação, ou nos Governos Militares, ou Civis dos Meus Reinos, Provincias, e Conquistas, ou em qualquer lugar de Justiça, ou Fazenda, ou Posto Militar, preoccupados de algumas disposições de Direito Commum, ou do Reino mal entendidas, em quanto prohibem o Commercio a pessoas desta qualidade: Hei por bem declarar que he premittido a todos, e a cada hum dos que tem qualquer emprego no Meu Real serviço, por mais, e de maior preeminencia que seja, negociar por meio da dita Companhia, e de quaesquer outras por Mim confirmadas, entrando nellas com huma, e mais Acções como qualquer outro dos Meus Vassallos, sem que lhes obstem as Disposições de Direito Commum, ou Regio, nem ainda a Lei de vinte e nove de Agosto de mil setecentos e vinte, e o Al-

va-

vará de vinte e sete de Março de mil setecentos e vinte e hum, em que sómente se prohibio a semelhantes pessoas aquelle genero de commercio, que elles, abusando da sua authoridade, convertião extorção, e monopolio, com grave prejuizo do serviço de Deos, e Meu; e de nenhuma sorte lhe póde ser prohibido fomentarem o Commercio util em beneficio commum, por meio destas sociedades, que são negocios publicos, nos quaes as Companhias, e os Particulares vão igualmente interessados. Por cuja causa nenhum dos ditos Ministros, ou Officiaes de Justiça, Fazenda, ou Guerra poderá ser dado de suspeito nas causas, e dependencias Civeis, ou Crimes, respectivas ás mesmas Companhias, ou a cada hum dos seus interessados, com o pretexto de que tem Acções nellas: O que outro fim Sou servido declarar para que não venha mais em duvida esta materia.

E este Alvará se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, e valerá como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não passe, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do livro segundo titulo trinta e nove, e quarenta em contrario: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leis, e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Belem aos cinco dias do mez de Janeiro de mil setecentos sincoenta e sete.

R E Y . . .

Sebastião José de Carvalho e Mello.

***A**lvará, porque Vossa Magestade he servido declarar que a todos os Ministros, e Officiaes de Justiça, Fazenda, ou Guerra he permitido negociar por meio*

meio da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão,
e de quaesquer outras por Vossa Magestade confirmadas:
E que não possam ser dados de suspeitos nas causas, e de-
pendencias Civeis, ou Crimes respectivas ás ditas Com-
panhias, com o pertexto de terem Acções nellas: tudo na
fôrma affima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Filippe José da Gama o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios
do Reino, no Livro da Companhia Geral do Graõ
Pará, e Maranhão a fol. 55. Belem a 6 de Janeiro de
1757.

Joaquim José Borralho.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

CB
P8539
1757

71-246-15
Wormser
Oct 70

12
-512E
The following information was obtained from the files of the Federal Bureau of Investigation, New York Office, dated October 1, 1970.

Re: [illegible]

Re: [illegible]

On October 1, 1970, the New York Office of the Federal Bureau of Investigation received information from the New York Office of the Federal Bureau of Investigation, dated October 1, 1970.

Re: [illegible]

Re: [illegible]